

ACTA N.º 15

Acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Alpiarça, realizada no dia 28 de Dezembro de 1999.

Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro do ano de mil novecentos e noventa e nove, no Ginásio Auxiliar do Clube Desportivo “Os Águias”, esteve reunida a Assembleia Municipal de Alpiarça, em sessão ordinária, por convocação do seu Presidente, sr. Olímpio Francisco de Oliveira.

Para além do Presidente da Mesa compareceram os seguintes membros: Vera Lúcia Pedro Coelho Santos Noronha, Orlando Manuel Isidoro Marques, Armindo João Gaspar Pinhão, Álvaro Favas Brasileiro, Paulo Francisco de Melo e Araújo Espírito Santo, Henrique Alberto Gomes Freilão Arraiolos, Josué Silva Cavalheiro, Manuel Isidoro Feliciano, Maria Manuela Ferreira Duque, António José Sanfona Coelho, Justino Jorge Costa Marques, Maria de Fátima Guerra Rodrigues, Guida Feliciano Pinhão Correia, António Jesus Milheiro e António Conceição Moreira.

A Ordem de Trabalhos, foi a seguinte:

Ponto um – Plano de Pormenor (P.P.) delimitado pelas ruas José Relvas, João Maria da Costa e Maria Luisa Falcão;

Ponto dois – Alteração do RMEU – artigo 47.º - índices urbanísticos;

Ponto três – AMLT – Fundo de Capital Local com Finalidade Social – Projecto iniciativa do NERSANT;

Ponto quatro – RESIURB – Criação de Empresa de Capitais maioritariamente públicos;

Ponto cinco – Regulamento dos vendedores ambulantes do concelho de Alpiarça;

Ponto seis – Regulamento de Medalha Municipal de Alpiarça;

Ponto sete – Plano de Actividades e Orçamento para o ano 2.000;

Ponto oito – Tabela de Taxas e Licenças para o ano 2.000.

Constituída a Mesa, pelo seu presidente e pelos senhores secretários Vera Lúcia Pedro Coelho dos Santos Noronha e Orlando Manuel Isidoro Marques, foi iniciada a sessão cerca das vinte e uma horas e trinta minutos com a discussão da acta número catorze, respeitante à sessão de trinta de Setembro do ano corrente.

Vera Noronha chamou a atenção para o último parágrafo da página número cinco desta acta e opinou que onde se lê “*demolição de um edifício classificado*” deve ler-se “*demolição de um edifício considerado como classificado*”.

Posta a redacção da acta à votação foi a mesma aprovada por unanimidade com as alterações propostas.

O sr. Presidente da Mesa leu alguma da correspondência chegada à Mesa da Assembleia Municipal e fez alguns esclarecimentos que considerou pertinentes.

Armindo Pinhão solicitou a consulta de um ofício do Tribunal Administrativo do Circulo de Coimbra, tendo sido informado pelo sr. Presidente da Mesa que a

Assembleia Municipal não dispõe desse ofício, o qual se encontra arquivado na Câmara Municipal conjuntamente com o respectivo processo.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O sr. Presidente da Mesa deu início a este período e informou que nos termos do Regimento, a sua duração seria de uma hora, ressalvando no entanto que o mesmo poderia ser prorrogado, se o plenário da Assembleia assim o entendesse.

Solicitou que se passasse à apresentação das moções, que desde logo foram discutidas e votadas.

Vera Noronha, em nome da bancada do PS, apresentou a seguinte moção:

“Mais uma figura pública de relevo nacional desapareceu e deixa de fazer parte dos vivos.

Dr. Luís Sá morre em pleno apogeu da sua vida.

Democrata consistente e lutador pela democracia no nosso país como responsável superior do PCP, era especializado em assuntos do poder local, sendo pioneiro deste grande edifício no nosso país.

A assembleia municipal de Alpiarça reunida em 28 de Dezembro de 1999, aprova sentidas condolência pela sua morte.”

Esta moção foi aprovada por unanimidade.

Armindo Pinhão, em nome da bancada da CDU, apresentou o seguinte voto de pesar:

“Faleceu recentemente Luís Sá, membro da comissão política do PCP, deputado durante muitos anos, parlamentar de grande valor e que sempre esteve ligado aos problemas do poder local democrático quer através de estudos aprofundados quer ainda na elaboração em conjunto com outros parlamentares da legislação de suporte ao funcionamento das autarquias.

A assembleia municipal de Alpiarça reunida em 28 de Dezembro de 1999, delibera exprimir o seu voto de pesar a toda a família.”

Este voto de pesar foi aprovado por unanimidade.

Manuela Duque, em nome da bancada do PS, apresentou o seguinte voto de pesar:

“No passado dia 11 de Dezembro a natureza açoriana tornou-se mais uma vez implacável, provocando a morte de 35 pessoas e enlutando, novamente os nossos irmãos açoreanos;

Para os familiares e amigos das vítimas esta época de esperança e amor foi transformada em profunda amargura;

Perante mais esta tragédia a Assembleia Municipal de Alpiarça, reunida em 28 de Dezembro de 1999, manifesta o seu profundo pesar por esta perda irreparável.”

Este voto de pesar foi aprovado por unanimidade.

Josué Cavalheiro, em nome da bancada do PS, apresentou o seguinte voto de pesar:

“Manuel Tito de Morais morreu aos 89 anos de idade. Morreu um incontornável combatente da ditadura e defensor da democracia.

Fundador do Partido Socialista foi um referencial de lutador pela liberdade, para sucessivas gerações.

Manuel Tito de Morais começou o seu combate contra a ditadura em 1926, ou seja no exacto momento em que ela começou. Tinha 16 anos de idade.

Fundador, em Argel, da Rádio Portugal Livre, utilizou essa trincheira de luta galvanizando o combate interno pelo derrube da ditadura. Manuel Tito de Morais esteve sempre presente quando era preciso lutar pela liberdade.

Almeida Santos, Presidente da Assembleia da Republica, sintetizou brilhantemente as suas inúmeras qualidades ao enaltecer a sua independência de carácter e o apego aos valores éticos do "republicanismo".

A Assembleia Municipal de Alpiarça, reunida ordinariamente em 28 de Dezembro de 1999, manifesta o seu pesar pela morte de Tito de Morais que cumpriu, como poucos, a essência criadora do Homem".

Este voto de pesar foi aprovado por unanimidade.

Álvaro Brasileiro, em declaração de voto, elogiou a figura de Tito de Morais.

Paulo Espírito Santo apresentou a seguinte moção:

"Numa semana de características diluvianas em que a água, as lamas e demais sedimentos foram arrastados para cima de uma população laboriosa e na sua maioria carente.

Este aluvião veio provocar, numa semana, mais desalojados e mortos que em algumas guerras.

Perante esta tragédia a assembleia municipal de Alpiarça na sua sessão de 28 de Dezembro de 1999, vem apresentar o seu profundo voto de pesar por todas as vítimas da tragédia venezuelana e a sua solidariedade com as famílias vitimadas.

Deverá ser dado conhecimento deste voto à embaixada da Venezuela em Lisboa e à embaixada de Portugal na Venezuela."

Armindo Pinhão, em nome da bancada da CDU, apresentou a seguinte proposta:

"1. Considerando o teor das notícias em diversos órgãos de comunicação social sobre o funcionamento da Fundação José Relvas;

2. Considerando que houve novas demissões e eleições para o Conselho de Administração, em pouco espaço de tempo e sem ficarem esclarecidos os motivos das demissões;

3. Considerando que desapareceram as cassetes e documentos escritos para elaboração da acta da reunião de 11 de Março de 1999 onde foram apresentados, pela primeira vez, por escrito e oralmente os motivos da demissão do Presidente do Conselho de Administração na altura, Dr. Joaquim Nascimento;

4. Considerando que foram eleitos para o novo Conselho de Administração, familiares de membros da Câmara o que na nossa opinião, viola os Estatutos (Artigos 9.º e 10.º) da Fundação José Relvas.

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal propõem que a Câmara Municipal, no exercício das competências (fiscalização) que lhe estão atribuídas, pelos Estatutos da Fundação

e Testamento de José Mascarenhas Relvas, apresente as seguintes medidas na primeira reunião do Conselho de Administração da Fundação:

1. Abertura de um inquérito ao funcionamento da Fundação em todas as suas vertentes com o objectivo de se detectar os motivos que levaram à demissão sucessiva de vários eleitos do Conselho de Administração;

2. Abertura de um inquérito ao desaparecimento das cassetes e documentação de suporte à Assembleia dos 40 maiores contribuintes de 11 de Março de 1999;

3. Pedido urgente de parecer sobre o ponto 4. a um jurista e em caso de inelegibilidade propor à Mesa da Assembleia a convocação de nova reunião para eleição do Conselho.

Propomos ainda:

Que a Assembleia Municipal eleja dois dos seus membros (1 de cada força política representada) para acompanharem a execução do proposto nos três pontos anteriores.

O sr. Presidente da Mesa pôs à discussão a admissibilidade desta proposta.

Após as intervenções de Paulo Espírito Santo, Armindo Pinhão e António Moreira, o sr. Presidente da Mesa pôs a admissão desta proposta à votação, tendo sido rejeitada por maioria

Armindo Pinhão em declaração de voto, disse que ficou aqui demonstrado o espírito democrático da força maioritária, neste órgão, ao abafar a discussão de um problema que é de toda a importância e disse que não se estranhe se os eleitos da CDU pedirem por outros meios esclarecimentos sobre a eleição do conselho de administração, que hoje não aceitaram aqui, fosse a Câmara a pedi-los.

Vera Noronha apresentou a seguinte moção:

“Morreu uma das grandes representantes e embaixadoras da cultura portuguesa do século XX.

Com ela foi um pouco da alma e do sentir do povo português.

Amália Rodrigues morreu mas fica.

A assembleia municipal de Alpiarça, reunida em 28 de Dezembro de 1999, manifesta o seu sentir pela morte desta grande mulher”.

Esta moção foi aprovada por unanimidade.

Votadas as moções o sr. Presidente da Mesa solicitou inscrições dos senhores autarcas que desejassem interpelar o sr. Presidente da Câmara sobre eventuais dúvidas relativamente à informação escrita acerca da actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo, prestada a esta Assembleia nos termos do Art.º 53º, n.º 1, alínea e) da Lei N.º 169/99, de 18/9, cujo teor foi o seguinte:

1. ACTIVIDADE GENÉRICA

- a) Comemoração Dia do Idoso – Passeio de Barco no Tejo com 200 idosos
- b) Festa da 3ª Idade, no pavilhão de espectáculos
- c) Apoio às Comemorações do 75º Aniversário do C.D. Águias

- d) Realização do colóquio “Treino de Jovens” que contou com a presença dos seguintes prelectores: Prof. Alfredo Silva - Delegado do IND, Prof. Abel Santo - Director do Centro de Formação Desportiva, Prof. Jorge Adelino - Docente Universitário, Prof. Olímpio Coelho - Docente Universitário e Prof. Nuno Presumo - Licenciado em Educação Física
- e) Colocação de floreiras na Rua José Relvas
- f) Colocação de suporte para bicicletas na Escola EB 2,3/S
- g) Limpeza de valinhas hidráulicas no Frade de Baixo e Frade de Cima
- h) Colocação de sinalização e novas bandas sonoras junto às Escolas do Concelho
- i) Pintura de diversas salas no Centro de Cultura e na Casa Museu dos Patudos
- j) Colocação de vários contentores de lixo, em todo o Concelho
- k) Implantação de passeios no largo Salgueiro Maia (Prédios Planotejo)
- l) Colocação de cabina para Imprensa no Estádio Municipal
- m) Colocação de diversa sinalização vertical
- n) Pinturas interiores no Edifício dos Bombeiros e da SFA 1º Dezembro
- o) Arranjos finais no Canil Municipal (Colocação de água, electricidade e azulejos)
- p) Regularização de vias não asfaltadas
- q) Poda das árvores
- r) Colocação de iluminação de Natal em todo o Concelho
- s) Beneficiação da Extensão do Centro de Saúde do Frade de Cima
- t) Apoio em material para reparação de valinhas hidráulicas
- u) Colocação de ramais pluviais na Rua do Vale d’Aque e na nova Rua junto aos Bombeiros
- v) Abertura de Rua: Ligação Rua Dr. Queiroz Vaz Guedes – Bombeiros
- w) Concluído o asfaltamento da Rua da Liberdade no Frade de Baixo
- x) Concluída a ligação com asfaltamento da Ligação Frade de Cima – Extrema do Concelho »» Candidatura PAMAF
- y) Finalização da implantação de novo Emissário na Rua Dr. Queiroz Vaz Guedes
- z) Realização da Feira do Livro que contou com animação cultural diária e diversificada, havendo a destacar: Colóquio “O Saber no Desporto”, dinamizado pelo Prof. Teotónio Lima, Espectáculo com Joel Branco, lançamento do livro “Princípios Filosóficos de Superstições e Crenças” da autoria de Leocádio do Vale, “Fernando Pessoa – Ele e os Outros”, acção dinamizada pela Dr.ª Teresa Lopes, “A Internet na Casa e na Empresa”, acção dinamizada pelo Dr. Domingos Martinho, “O Ensino de Português como 2.ª língua”, acção dinamizada pela Dr.ª Fernanda Cardoso, Espectáculo de poesia com “Jograis ao Sul”, Teatro “O Príncipezinho” de Saint-Exupéry, Teatro “O Gato e o Diabo”, Colóquios: “ O Paleolítico em Alpiarça dinamizado pelo Dr. Nuno Prates e “A Gastronomia na Obra de Eça de Queirós” , dinamizado pela Dr.ª Teresa de Castro, Espectáculo de música e dança Pop/Rock

Juvenil, Espectáculo “Crescer e Viver com Música”, Actuação da Escola de Música da SFA 1.º de Dezembro, Colóquio “O Livro e a Leitura”, dinamizado pela Dr.ª Maria José Moura. O volume de vendas da Feira foi de 1.400.676\$00 e a média diária de livros vendidos foi de 114.

2. OBRAS EM CURSO

- a) Piscinas Municipais
- b) Rua Val Daque
- c) Ligação Rua Catarina Eufemia (Casalinho) – Charnecão »» Candidatura PAMAF
- d) Implantação de Esgotos no Frade de Cima
- e) Conservação da Casa Museu dos Patudos – Cobertura
- f) Demolições no Largo da Caixa Geral de Depósitos
- g) Construção de Rotunda na Rua Dr. Queiroz Vaz Guedes

3. VISITAS AO CONCELHO

- a) Presidente da Câmara Municipal da Chamusca
- b) Delegado Distrital da Protecção Civil – Inauguração da sede da Associação de Comunicações de Alpiarça
- c) Dr. José Jorge Letria – Inauguração da XI Feira do Livro
- d) Dr.ª Maria José Moura – Directora dos Serviços de Bibliotecas do IPLB
- e) Prof. Fernando Rosas

4. SITUAÇÃO FINANCEIRA

Com base nos apuramentos contabilísticos, datados de 99.12.13, resulta a seguinte situação financeira:

- a) Dívidas a Fornecedores : 126.920,633 contos
- b) Empréstimos : 279.018,692 contos
- c) Disponibilidades de Tesouraria : 89.583,334 contos
- d) Documentos (por receber) : 6.619,760 contos

Refira-se que no montante de dívidas a fornecedores se inclui o montante de 42.338, 718 contos relativos a Empreitadas inseridas em Contratos Programa e dos quais se aguarda envio de verba correspondente por parte da DGAL.

Usaram da palavra os seguintes eleitos:

Armindo Pinhão relativamente à rotunda do largo Alfredo Lagoa, opinou que talvez se justifique, mas considerou que o seu diâmetro vai complicar as manobras a veículos de maior porte.

Manuel Feliciano opinou que a iluminação de Natal foi colocada tardiamente, considerou que o estado em que se encontram as obras na cobertura da Casa-Museu dos Patudos poderá vir a prejudicar o edifício, uma vez que nos encontramos em época de chuvas.

Álvaro Brasileiro perguntou se há algum diferendo com o antigo proprietário dos terrenos da E.T.A.R. Almerim-Alpiarça, dado que as obras parece que estão paradas.

António Moreira perguntou o ponto de situação das piscinas e perguntou qual a qualidade do material que se está a aplicar nos balneários. Perguntou igualmente o ponto de situação das obras das cantinas das escolas pré-primárias.

O sr. Presidente da Câmara passou a responder às questões colocadas pelos vários autarcas.

Sobre o diâmetro da rotunda, explicou que logo no início da obra esta questão foi suscitada e do ponto de vista técnico o que foi explicado é que ao encolher, mesmo que ligeiramente, o diâmetro da rotunda, o trânsito oriundo da Avenida da Casa do Povo deixaria de ter uma leitura de rotunda. Daí também o ter-se corrigido um pouco o passeio da rua Ricardo Durão, contíguo ao prédio do sr. Joaquim de Jesus, para permitir que o trânsito proveniente desta rua para a Dr. Queirós Vaz Guedes mantivesse um raio de trânsito de mais de cinco metros.

Quanto à iluminação de Natal, leu correspondência e documentação trocada com a empresa contratada para o efeito e informou que esta não respeitou os prazos acordados, cabendo à Câmara tomar as providências necessárias.

Relativamente às obras na cobertura da Casa-Museu dos Patudos, deu as devidas explicações informando que infelizmente houve infiltrações no início das obras, mas que esse assunto já está resolvido e tudo indica que as obras vão ser concluídas dentro dos prazos acordadas.

Sobre o terreno da E.T.A.R. informou que ele é propriedade da Câmara Municipal de Alpiarça, houve no início das obras uma divergência quando à área ocupada e a área comprada, mas essa situação foi de imediato resolvida. Sobre o andamento das obras, adiantou que elas decorrem dentro da calendarização programada.

Quanto às piscinas municipais informou que deveriam estar muito mais avançadas, no entanto houve um atraso significativo nas piscinas cobertas cuja finalização foi adjudicada à firma João Salvador que entretanto entregou os trabalhos a um sub-empregado. O trabalho desenvolvido por este sub-empregado, com uma equipa de operários indianos (entretanto substituída), não agradou à Câmara, houve correcções a fazer, daí o atraso verificado. Informou ainda que os azulejos a aplicar são de primeira qualidade, pois os encontrados em armazém foram considerados inadequados e foram trocados.

Adiantou que as obras das cantinas irão ser iniciadas, dentro em breve.

O sr. Presidente da Mesa convidou os eleitos a interpelarem o sr. Presidente da Câmara sobre outros assuntos de interesse para o município.

Vera Noronha congratulou-se com o presépio de grandes dimensões colocado à entrada sul da nossa sede de concelho, o qual considerou de grande beleza.

Pedi o ponto de situação do telheiro da Escola Primária de Alpiarça

Fátima Rodrigues propôs uma visita ao concelho de Alpiarça, a fim dos eleitos se inteirarem das obras efectuadas pelo actual executivo.

António Milheiro pediu o ponto de situação do Centro Cívico de Alpiarça.

António José Coelho perguntou se a estrada da Torrinha ficava assim ou se era para acabar ainda.

Henrique Arraiolos perguntou qual o resultado das vendas de eucaliptos da reserva zoológica e se esse dinheiro tinha sido canalizado para a Fundação Relvas. Perguntou o ponto de situação da Reserva Zoológica. Perguntou que fundamento tinha o convite para fazer o rastreio da diabetes, emanado da Junta de Freguesia de Alpiarça. Recomendou ao sr. Presidente da Mesa que houvesse mais cuidado na distribuição da correspondência destinada aos membros da Assembleia, uma vez que lhe falta alguma documentação, que lhe não foi entregue e quando chegar à altura da votação dessa matéria irá certamente abster-se. Acrescentou que já na Assembleia de Setembro a documentação foi entregue em plena Alpiagra, foi deixada em cima da secretária e chegada a assembleia, o autarca não tinha a devida documentação, acrescentou que seria desejável que situações destas não acontecessem mais.

O sr. Presidente da Câmara passou a responder às questões colocadas pelos vários autarcas:

Relativamente ao projecto do telheiro informou que ele teve de ser reformulado, porque os orçamentos apresentados dispararam para valores incompatíveis para o orçamento da Junta de Freguesia, neste momento está até mais funcional uma vez que estava previsto para ser em duas águas e agora irá ser executado apenas numa água, suportando a Junta de Freguesia a mão de obra e a Câmara Municipal os materiais.

Quanto à visita ao município sugerida por Fátima Rodrigues, sugeriu que se acordasse uma data em conjunto.

Sobre a Estrada da Torrinha disse que ela ficará assim, porque está considerada como caminho agrícola. A filosofia do caminho agrícola é uma estrada com uma única faixa de rodagem com três metros e com faixas periódicas para ultrapassagem e arranjo de bermas. Esta filosofia permite que essas estradas sejam financiadas a cem por cento pelos fundos comunitários. Assim acontece com a Estrada da Torrinha, com a ligação do Frade de Cima – extrema do concelho e com a ligação Casalinho - Charnecão.

Sobre o Centro Cívico, ocorreram as demolições do edifício onde funcionou durante muitos anos a loja Pinhão & Pinhão e do prédio onde habitou o pai do Dr. Silvino Verde. Neste momento já foi adjudicado, por parte da Câmara, o projecto de execução da praça central. Aqui há duas componentes uma de construção de habitação e outra de valorização urbanística. Esta última componente é da responsabilidade da Câmara, está neste momento adjudicado o projecto de execução, de modo a que com o início do próximo Q.C.A., possamos avançar com candidaturas concretas e quantificáveis de imediato.

Sobre o resultado da venda dos eucaliptos e da sua transferência para a Fundação Relvas, informou que o resultado da venda da madeira não chega nem para pagar $\frac{1}{4}$ do valor pedido para a reflorestação daquele espaço, daí ser impensável efectuar qualquer transferência, de momento.

Quanto à reflorestação da chamada reserva zoológica, informou que só foi reflorestada uma pequena parcela, com árvores muito pequenas, de acordo com o projecto que recebemos. Resolvemos parar com esse tipo de reflorestação, avançaremos no futuro para uma reflorestação com um tipo de árvores diferentes e de maiores dimensões. Há no entanto prioridades. Há muitas perspectivas para aquele espaço, ele terá uma componente de lazer e terá um determinado tratamento. Ainda decorre a limpeza de raízes e troncos, naquele espaço.

Quanto à entrega de documentação, informou que a segunda entrega de documentação foi motivada por uma correcção a dois índices no R.M.E.U., que se detectou apenas na reunião de Câmara de vinte e dois de Dezembro. Adiantou que a documentação está a ser entregue por protocolo nos locais onde mais facilmente se possa chegar aos autarcas. No caso vertente como o eleito trabalha na Câmara de Coruche e a esposa trabalha na Câmara de Alpiarça, os serviços têm optado por entregar a documentação à esposa, mas caso o autarca queira, é favor indicar a morada de Coruche e os documentos ser-lhe-ão entregues pessoalmente.

Armindo Pinhão questionou o sr. Presidente da Câmara, sobre o Centro Cívico e disse constatar que a Assembleia Municipal ainda não aprovou a versão final do Centro Cívico e já ouvimos hoje aqui dizer que a Câmara já adjudicou o projecto para arranjo urbanístico da praça central.

O sr. Presidente da Câmara adiantou que o projecto embrionário do Centro Cívico foi entregue às duas bancadas e foi-lhes dado um determinado prazo para se pronunciarem. As bancadas pronunciaram-se e neste momento a figura de plano em termos de incidência urbanística, não altera uma virgula àquilo que estava anteriormente aprovado.

Armindo Pinhão opinou que seria de bom tom que a Câmara apresentasse esse projecto à Assembleia Municipal, porque assim avançam os projectos, sem a Assembleia Municipal ter conhecimento e houve da parte do sr. Presidente da Câmara compromissos no sentido de dar conhecimento à Assembleia da segunda fase do projecto.

O sr. Presidente da Câmara disse que a apresentação pública do projecto será feita, acrescentou que as regras do próximo QCA, são muito mais exigentes e neste momento, as câmaras do país estão a munir-se do maior número possível de projectos que lhes permita no momento oportuno avançar com os projectos de execução sem derrapagens orçamentais. A Câmara apenas encomendou um projecto de arranjo urbanístico da praça central, que não fere em nada o anteriormente aprovado.

António Moreira, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Alpiarça, informou que a Junta de Freguesia, de facto, cedeu a uma empresa aquele espaço para fazer um rastreio à Diabetes. Quando foi informado que abusivamente estava a ser usado o nome da Junta de Freguesia para o efeito, dirigiu-se ao responsável da firma e mandou retirar imediatamente do local pessoas e aparelhagens.

Henrique Arraiolos perguntou o ponto de situação sobre o presumível roubo de uma vaca, ocorrido perto da zona zoológica.

O sr. Presidente da Câmara referiu que, ainda bem que esta pergunta surgiu para que de uma vez por todas se acabe com a confusão entre a AgroAlpiarça, cooperativa de interesse público que tem órgãos próprios, onde a Câmara detém uma participação de capital e a Câmara que também tem órgãos próprios e outros interesses e assuntos a resolver. E o assunto do roubo da vaca é um assunto do exclusivo interesse da Cooperativa e a Câmara Municipal pronunciou-se sobre o assunto na Assembleia Geral da AgroAlpiarça. Acrescentou ainda que foi informado pela Direcção da AgroAlpiarça, na referida Assembleia Geral, sobre as demarches levadas a cabo para apuramento de responsabilidades.

Foi acordada a visita ao concelho para o dia cinco de Fevereiro de manhã.

Esgotado este período deu-se início à ordem de trabalhos.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto um – Plano de Pormenor (P.P.) delimitado pelas ruas José Relvas, João Maria da Costa e Maria Luisa Falcão.

O sr. Presidente da Mesa pôs o ponto à discussão e propôs a interrupção dos trabalhos por alguns minutos para uma análise mais detalhada ao plano e aos mapas, dado o desconhecimento da matéria por parte de alguns eleitos.

Armindo Pinhão considerou insuficiente a documentação enviada aos autarcas, atribuindo as causas a uma má informação do Gabinete Técnico, acrescentou que deveria ter sido enviado um mapa do local aos eleitos e que só pelo nome do Plano não se sabia a localização, por falta de um limite.

Paulo Espírito Santo, Vera Noronha e Orlando Marques concordaram com a interrupção dos trabalhos por dez minutos.

O sr. Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos por dez minutos.

Retomados os trabalhos, Paulo Espírito Santo usou da palavra para dizer que este Plano já é bastante antigo, vem de mandatos anteriores e sempre teve este nome e é conhecido do eleito Armindo Pinhão.

Vera Noronha acrescentou que bastou olhar para o mapa para compreender as alterações propostas.

Armindo Pinhão referiu que precisamente por isso considerou insuficiente a documentação enviada aos eleitos, que pelo mapa facilmente tomariam conhecimento

deste Plano de Pormenor, acrescentou que conhecia o Plano mas não conhecia as alterações propostas, só as ficou a conhecer quando viu o mapa.

O ponto foi posto à votação, tendo sido aprovado com nove votos a favor e sete abstenções.

Ponto dois – Alteração do RMEU – artigo 47.º - índices urbanísticos.

O sr. Presidente da Mesa pôs o ponto à discussão.

Armindo Pinhão opinou que esta questão visa no essencial legalizar uma prática que tem vindo a ser seguida ao longo do tempo, que é a regularização do terceiro piso recuado. O eleito sugeriu que para o futuro seria preferível regularizar mesmo estas situações e não andar com artifícios para autorizar a construção do terceiro piso.

Posto o ponto à votação foi aprovado com nove votos a favor e sete abstenções.

Ponto três – AMLT – Fundo de Capital Local com Finalidade Social – Projecto iniciativa do NERSANT.

O sr. Presidente da Mesa pôs o ponto à discussão e convidou o sr. Presidente da Câmara a pronunciar-se sobre este ponto.

O sr. Presidente da Câmara informou que este projecto apresentado à DG5 em Bruxelas pelo NERSANT, que tem em vista a constituição de micro-empresas para empresários que em termos de associação queiram avançar com a sua própria perspectiva negocial e de empresa e mereceu a concordância da AMLT em participar com a verba de mil contos, na criação deste Fundo de Capital Local.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Ponto quatro – RESIURB – Criação de Empresa de Capitais maioritariamente públicos.

O sr. Presidente da Mesa pôs o ponto à discussão.

Paulo Espírito Santo, considerou que a documentação enviada não está completa por falta de alguma documentação anexa, acrescentando, porém, que não tem nada contra a aprovação do presente projecto.

Posto o ponto à votação foi aprovado por unanimidade.

Ponto cinco – Regulamento dos vendedores ambulantes do concelho de Alpiarça.

O sr. Presidente da Mesa pôs o ponto à discussão e aprovação.

O ponto foi aprovado por unanimidade.

Ponto seis – Regulamento de Medalha Municipal de Alpiarça.

O sr. Presidente da Mesa pôs o ponto à aprovação.

O ponto foi aprovado por unanimidade.

Armindo Pinhão em declaração de voto, disse que concordou com o projecto inicialmente, colaborou na sua elaboração com a apresentação de algumas propostas de alteração que tiveram acolhimento, não pode é concordar que já tenham sido

atribuídas duas medalhas sem que o Regulamento estivesse totalmente em vigor, porque ainda não estava aprovado por esta Assembleia.

Ponto sete – Plano de Actividades e Orçamento para o ano 2.000.

O sr. Presidente da Mesa pôs o ponto à aprovação.

Paulo Espírito Santo propôs que o Plano de Actividades e o Orçamento fossem discutidos em simultâneo embora a sua votação deva ser separada.

O eleito fez a sua intervenção, começando por chamar a atenção para o enorme crescimento quer das receitas quer das despesas, que relativamente a 1998, quase que duplicam. No Plano de Actividades salientou as verbas propostas para os vários projectos, com especial destaque para o laboratório de química da Escola C+S, para a conclusão das piscinas municipais, para os Bombeiros Municipais, para as comunicações e transportes onde se prevê um investimento de mais de setecentos mil contos, para a limpeza da vala de Alpiarça. Sobre o orçamento chamou a atenção para o equilíbrio orçamental entre as receitas e as despesas correntes e entre as receitas e as despesas de capital. Desejou que os presentes documentos possam contribuir de forma significativa para o desenvolvimento e o progresso de Alpiarça, que tanto o merece. Propôs a aprovação unânime deste Plano de Actividades e Orçamento.

Armindo Pinhão precisou que as verbas inscritas em Plano para o laboratório de química vão ser adiantadas pela Câmara e reembolsadas na sua totalidade pelo Ministério da Educação e que para os Bombeiros são três mil contos, uma verba que não é assim tão grande, dado que os Bombeiros são um Corpo Municipal.

O eleito interpelou o sr. Presidente da Câmara sobre alguns projectos inscritos em Plano, nomeadamente: Equipamento da Casa-Museu dos Patudos, Associação do Frade de Cima, Piscinas Municipais, Remodelação do Complexo dos Patudos, Piscina de Ciclismo, Campo de Treinos Relvado, Pista de Atletismo Coberta, Centro Cívico, P.D.M., E.T.A.R. Almeirim/Alpiarça, Equipamento para Bombeiros, Mercado de Frutas do Carril, Comunicações e Transportes e Meio Ambiente. Chamou a atenção para o desfasamento de mil contos entre o Plano de Actividades e as verbas inscritas em Orçamento. Considerou que seria bom para Alpiarça que se conseguisse arrecadar todas as receitas previstas em orçamento e pediu algumas explicações sobre as receitas previstas em rendas de terrenos, em empréstimos de médio e longo prazos.

Vera Noronha perguntou porquê a inscrição de apenas dez mil contos para o aterro sanitário e o porquê da inscrição de mais de quatro mil contos de verbas de investimento para uma máquina de lavagem de contentores.

O sr. Presidente da Câmara passou a responder às várias questões colocadas:

Quanto ao Laboratório de Química da Escola C+S, confirmou que é um investimento pago integralmente pelo poder Central;

Sobre a verba para os Bombeiros, disse que a rubrica está aberta, a verba inscrita é insuficiente, mas há um plano de reequipamento para cumprir consoante as prioridades, por isso não há uma descrição do equipamento a comprar.

Sobre o equipamento para o Museu disse passar-se o mesmo.

Relativamente à Associação Recreativa do Frade de Cima disse que é uma candidatura TNS, idêntica à efectuada para a Igreja de S. Eustáquio e que outras colectividades do concelho também podem apresentar este tipo de candidaturas e a autarquia estará disponível para colaborar nessas candidaturas, desde que se trate de arranjos interiores ou exteriores.

Sobre a finalização das piscinas disse que desejavelmente elas deveriam ter uma conclusão física no mês de Abril, porque o presente QCA terminará em Junho, mas há que contar com os imponderáveis e todos se recordam do estado em que se receberam as piscinas há dois anos atrás.

Disse que a piscina de ciclismo é para ser feita e é um objectivo para cumprir como tem sido apanágio da maioria que hoje governa Alpiarça.

Quanto ao campo de treinos é mais um estádio que terá de ser construído e consoante o nível de desenvolvimento desportivo que for atingido, ele servirá só para treinos ou também para jogos, seria desejável que servisse para ambos.

Sobre a remodelação do complexo dos Patudos, informou que ele está dividido em três projectos porque são candidaturas distintas e são objecto de rubricas de investimento diferenciadas, acrescentou que o próximo QCA irá arrancar em Alpiarça em três vertentes, valorização cultural com a construção da Biblioteca Municipal, valorização urbana, com especial incidência no Centro Cívico e valorização ambiental na margem norte do Complexo dos Patudos, que comporta equipamentos, arruamentos e perfis com candidaturas diferenciadas.

Relativamente à Pista de Atletismo Coberta, as obras não recomeçaram, porque é um braço de força, porque nós queremos cumprir com a pista de atletismo mas queremos obrigar o Governo a dar a Alpiarça outros equipamentos desportivos.

Informou sobre o P.D.M. que ele está aprovado na comissão nacional da RAN, comissão nacional da REN, em termos de pareceres dos organismos contraentes e dos parceiros da CCR, neste momento falta só o parecer final da CCR, para ele entrar em inquérito público. E neste momento há já uma acta dos diversos parceiros, onde todas as propostas apresentadas, estão consensualizadas.

Sobre o Centro Cívico disse que há objectivos já definidos e face às exigências do próximo QCA, onde tudo indica não haverá resvalar de verbas de ano para ano, é imprescindível que todas as autarquias ponham em Plano de Actividades tudo o que querem fazer.

Se as verbas chegam ou não para a ETAR, iremos ver, porque foi negociado mais um contrato programa para este equipamento intermunicipal.

Quanto ao Mercado de Frutas do Carril, há intenção de melhorar as condições do mercado, que pode passar pela colocação de uma balança no local, mas não dizemos que compramos já. Lamentou que na reunião convocada pela Câmara para fazer o balanço da actividade do mercado não tenha aparecido um único produtor.

Confirmou que as verbas inscritas em Plano são para terminar a EN 368-1, é para acabar o resto das obras, junto ao Patacão de Cima, se o Instituto de Estradas de Portugal aceitar a solução técnica preconizada que implica menos agressão ambiental e não ter de adquirir terrenos com o proprietário confinante.

A recuperação de chafarizes tradicionais e tanque de lavagens são candidaturas ao Prosiurb.

Considerou que na página trinta do Plano o diferencial de mil contos, é um erro de soma das várias verbas no financiamento do Plano de Actividades, porque ambos os documentos estão rigorosamente certos.

Sobre o aumento das rendas, disse que há uma inversão nas tendências, porque ainda na última reunião de Câmara foi feita uma hasta pública para arrendamento de um prédio rústico totalmente desaproveitado, que estava arrendado por cerca de sete contos à AgroAlpiarça e agora irá render milhares de contos.

Quanto à verba para empréstimos a médio e longo prazos, informou tratar-se de manutenção do empréstimos já contraídos.

Acerca dos dez mil contos para o Aterro Sanitário, informou que a administração da Resiurb, fez chegar tardiamente à Câmara de Alpiarça, já com o Plano de Actividades aprovado, a verba necessária para o aterro.

Sobre os mais de quatro mil contos para a máquina de lavagem de contentores, é uma situação que vem do anterior executivo, a Câmara de Alpiarça já denunciou o contrato com os outros parceiros, porque a máquina não nos interessa, porque nunca está disponível para Alpiarça e neste momento estamos a pagar a empresas privadas para fazer a lavagem dos contentores.

Efectuados os esclarecimentos necessários, o sr. Presidente da Mesa pôs o ponto à votação. Ambos os documentos foram aprovados com nove votos a favor e sete abstenções.

Ponto oito – Tabela de Taxas e Licenças para o ano 2.000.

O sr. Presidente da Mesa pôs o ponto à discussão.

Não se registando intervenções foi o ponto votado, tendo sido aprovado com nove votos a favor e sete abstenções.

PERÍODO DEPOIS DA ORDEM DO DIA

Concluída a ordem de trabalhos e havendo assistência na sala, o sr. Presidente da Mesa informou que estava aberto um período para intervenção do público e que cada cidadão apenas poderia usar da palavra por uma única vez, devendo dirigir-se à mesa e reportar-se apenas à ordem de trabalhos.

Assembleia Municipal de Alpiarça

Pedi a palavra o munícipe Carlos Coutinho, que solicitou a colocação de bandas sonoras na rua Dr. Queirós Vaz Guedes, considerando impressionante a velocidade a que se circula naquela artéria.

O sr. Presidente da Câmara informou que aquela rua vai sofrer uma repavimentação no final do ano e que a seguir se poderão colocar bandas sonoras junto aos cruzamentos, tal como já sucedeu noutros locais.

Esgotado este período e não se registando qualquer intervenção, o sr. Presidente da Mesa pôs à aprovação a minuta da acta da sessão, para efeitos de execução imediata das deliberações, tendo sido aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo para tratar, foi pelo sr. Presidente da Mesa encerrada a sessão, da qual para constar se redigiu a presente acta, que vai pelos membros da Mesa ser assinada.

Presidente: _____

1.º Secretário: _____

2.º Secretário: _____

/RV